

EDITORIAL

O ano de 2017 foi marcado pelo aprofundamento da crise política, institucional e econômica inaugurada com o processo de impeachment da presidente eleita em 2014, cuja efetivação configurou um golpe parlamentar, midiático e judicial viabilizado – como agora tornou-se evidente - pela articulação de interesses geopolíticos dos Estados Unidos, com a quase totalidade da elite econômica brasileira e com amplos segmentos conservadores, e mesmo reacionários, do sistema político, das corporações que integram o aparelho de Estado e das classes médias do país.

Tal conjugação de interesses vem lastreando a acelerada implantação de reformas ultra liberais, profundamente antinacionais e antipopulares, que rapidamente destroem o pacto social inscrito da Constituição de 1988 e reconfiguram o caráter do Estado brasileiro, anulando a sua dimensão nacional desenvolvimentista e reforçando o seu papel de repressor de demandas e manifestações que questionem e obstaculizem os movimentos do processo de acumulação do capital. Movimentos que, hoje, exigem a completa subordinação do país aos interesses das grandes corporações, personas do capital fictício.

Nesta edição, Cadernos do CEAS traz um conjunto de artigos que discutem vários processos que integram tais transformações. Um primeiro bloco, reúne três artigos que tratam da reforma trabalhista brasileira, que, praticamente, anulou a CLT, abrindo caminho para a precarização sem limites do mercado de trabalho, situando-a no contexto mundial de ataque aos direitos dos trabalhadores, através de reformas que buscam flexibilizar ao máximo a regulação das relações de trabalho e impor a prevalência do negociado sobre o legislado. Assim, em *A reforma trabalhista sob a regência do projeto Doing Business do Banco Mundial: a investida ultraliberal do governo Temer*, Roseniura Santos apresenta resultados de pesquisa que evidenciam a aderência da reforma brasileira às recomendações do Banco Mundial. O artigo *Neoliberalismo e flexibilização da legislação trabalhista no Brasil e na França*, de autoria de Maurício Azevedo de Araújo, Renata Queiroz Dutra e Selma Cristina Silva de Jesus analisa as reformas do Brasil e da França como mudanças que encontram a sua matriz na hegemonia neoliberal que submete países e povos a uma racionalidade em conformidade com a lógica do mercado e o direito privado. Finalmente, Clemente Ganz Lúcio em *O contexto e as mudanças no sistema de relações de trabalho no Brasil: mudança, retrocesso e desafios* analisa o impacto da reforma sobre os trabalhadores e suas organizações e os desafios colocados para a ação sindical.

Ainda sobre as reformas neoliberais do governo Temer, Graça Druck, Luiz Filgueiras e Uallace Moreira em *Ajuste fiscal e as Universidades públicas brasileiras: a nova investida do Banco Mundial* fazem uma análise crítica do diagnóstico e das recomendações de mais um documento do Banco Mundial sobre o Brasil, divulgado em 2017, cuja repercussão na mídia nacional oligopolizada focou, sobretudo, a orientação de incluir as universidades públicas do país no rol de atividades governamentais a serem privatizadas e/ou reestruturadas no contexto do ajuste fiscal. Ao desvelarem as bases teóricas e ideológicas subjacentes a essas recomendações, os autores aportam importante contribuição ao debate sobre o caráter do ajuste fiscal em curso.

Finalmente, ainda no campo das políticas sociais, este número dos Cadernos traz dois artigos que tratam do relevante tema da política antimanicomial no âmbito da política pública de saúde mental. A origem desta política, a sua relevância para a garantia de direitos e os riscos implicados na sua desconstrução, atualmente em curso, são tratados em *Movimentos Sociais e Luta Antimanicomial: contexto político, impasses e a agenda prioritária*, de Ana Paula Guljor e Paulo Amarante e em *Desafíos de la política de salud mental sustitutiva a lo manicomial: que abrir para cerrar. Cerrar el manicomio no es achicar el Estado*, de Verónica Almeida, Mariana Chidichimo, Laura Coll, Florencia Orpinell, Celina Pochettino, Laura Valdano

Além desses artigos, que tratam das reformas implementadas após o golpe de 2015/16, duas outras contribuições tratam de temas centrais para a análise do momento histórico por que passa o país. Em *O "ovo da serpente": arcabouço de excepcionalidades para a Copa de 2014 como regra do funcionamento do Estado brasileiro contemporaneo*, Any Brito Leal Ivo defende a tese de que as bases jurídicas para a imposição da ordem neoliberal, em prejuízo dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, começaram a ser plantadas ainda no segundo governo Dilma Roussef, através da introdução de novas regras exigidas pelo grande capital internacional para sediar, no Brasil, eventos esportivos globais. Regras que abriram espaço para o sistema de justiça relativizar o corpo legal vigente, recorrendo a excepcionalidades que viriam a se reproduzir nos anos seguintes, em sacrifício da jovem e frágil democracia brasileira.

E o texto de Cláudio André de Souza *O lulismo confrontado nas ruas: projeto político e ciclo de protesto no Brasil (2013-2017)*, que analisa as manifestações pró impeachment de Dilma Roussef como evidências da crise do lulismo, um tema que voltou a ganhar centralidade em 2017, com as mobilizações a favor da candidatura de Lula em 2018.

Compõem, ainda, essa edição dois outros artigos, *La agroecológica como instrumento de ecología política, economía ecológica y justicia medioambiental desde la perspectiva de Amartya Sen* de José Luis Sepúlveda Ferriz e *A educação contextualizada e a formação do sujeito: para além da aprendizagem escolar*, com resultados de pesquisa no âmbito escolar rural do semiárido baiano, de autoria de Arnon Marques Antunes, Gervásio Ferreira Santos, José Albertino Carvalho Lordêlo e Ludmila de Sá Fonseca e Gomes.

Para finalizar, os Cadernos do CEAS trazem uma entrevista com Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, na qual é discutida a securitização da dívida de estados e municípios, outra iniciativa do governo Temer que atende à demanda do capital financeiro.

Boa leitura!

Angela Borges

Joaci Cunha

Editores